

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Julho/2022

Prefeitura de
Teresina**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO – SEMPLAN****Concurso Público para provimento de cargos
Técnico de Nível Superior
Especialidade Fiscal de Serviços Públicos**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Festeje com alegria as suas conquistas em cada passo da vida.

- Verifique se este caderno:
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Escolhas da economia

Um dos sentidos da palavra economia indica que ela é parte de um todo: no plano da natureza, ela é um subsistema do regime termodinâmico e da biosfera do planeta. Mas a economia também se insere no universo das escolhas, normas e valores culturalmente gerados: a natureza e a ética balizam o processo econômico.

Numa sociedade complexa, baseada na divisão do trabalho, os indivíduos se especializam em determinadas atividades e dependem dos bens e serviços produzidos por terceiros para satisfazer suas necessidades de consumo.

*Existem quatro perguntas básicas às quais um sistema econômico, seja qual for, precisa oferecer resposta: **o que** será (ou não será) produzido; em que **quantidades e proporções** os diferentes bens e serviços serão produzidos; **como** será efetuada a produção; e como se dará a **distribuição** do que foi produzido entre as pessoas. Como o número de produtores e consumidores na sociedade é gigantesco, a grande questão é saber como as decisões tomadas por eles se ajustarão umas às outras, isto é, que tipo de regime disciplinará as suas atividades de tal modo que o resultado conjunto dos seus esforços produtivos seja por fim consistente com suas prioridades de consumo. Trata-se, pois, de se considerarem as escolhas que precedem a implantação e os efeitos de um determinado regime econômico.*

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 77)

1. Considerando-se o contexto do terceiro parágrafo, há correta e fiel tradução do sentido de um segmento em:
 - (A) *que tipo de regime disciplinará as suas atividades* = a qual sistema ativarão suas medidas disciplinares.
 - (B) *seja por fim consistente com suas prioridades* = que por fim atenda às primazias.
 - (C) *às quais (...) precisa oferecer resposta* = de cujas obriga-se a satisfazer.
 - (D) *como se dará a distribuição* = à qual modo se fará dividir.
 - (E) *como as decisões tomadas por eles se ajustarão* = como eles tomarão decisões justas.

2. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Segundo o que se afirma no texto, é preciso de que venha a ocorrer, num sistema econômico, respostas às perguntas que lhe proponham o mercado.
 - (B) Propõe o autor texto que é necessário haverem boas respostas do sistema econômico às demandas e interpelações que provirem do mercado.
 - (C) Na medida que deixa de oferecer resposta à provocações do mercado, diz o autor do texto, um sistema econômico demonstra suas falhas.
 - (D) O autor do texto acredita que um sólido sistema econômico deve oferecer respostas plenas às perguntas básicas que se enunciam a seguir.
 - (E) À medida em que as perguntas que se faça a um sistema econômico não alcançam resposta, acusa o autor do texto haver aí uma fragilidade desse sistema.

3. No primeiro parágrafo, explora-se uma ambivalência do sentido da palavra economia, por conta da seguinte dualidade de critérios:
 - (A) *plano da natureza / valores culturalmente gerados*
 - (B) *universo das escolhas / valores culturalmente gerados*
 - (C) *parte de um todo / plano da natureza*
 - (D) *um subsistema / regime termodinâmico*
 - (E) *plano da natureza / biosfera do planeta*

4. No segundo parágrafo, fica explícita uma relação que se estabelece em toda sociedade complexa, qual seja:
 - (A) as necessidades de consumo são independentes da diversidade da mão de obra.
 - (B) a especialização do trabalho atende aos terceiros que necessitam de bens e serviços.
 - (C) as necessidades de consumo derivam diretamente da divisão do trabalho.
 - (D) a divisão do trabalho se faz entre indivíduos que não mostram qualificação específica.
 - (E) a especialização do trabalho de uns torna-os dependentes do que outros produzam.



5. Há ocorrência de voz passiva e plena correção no emprego das formas verbais em:
- (A) Além do sentido que a reporta à natureza, há, na palavra economia, o que ela toma no âmbito das escolhas culturais que passam a implicar.
 - (B) A abrangência com que a palavra natureza, nos dicionários, invoca a natureza, referem-se ao equilíbrio termodinâmico e ao da biosfera do planeta.
 - (C) Analisam-se no texto dois dos sentidos que propicia a palavra economia, ressaltando-se, assim, uma ambivalência em seu emprego.
 - (D) A divisão do trabalho é determinante para o fato de que cabem aos trabalhadores especializar-se para atender a múltiplas demandas.
 - (E) Devem-se ao grande número de produtores e consumidores o complexo equacionamento da diversidade de demandas que é preciso atender.

6. Considere as seguintes orações:

- I. Um sistema econômico deve dar resposta a quatro perguntas básicas.
- II. Explicitam-se no texto essas quatro perguntas básicas.
- III. As respostas a essas quatro perguntas básicas indicarão a eficácia de um sistema econômico.

Essas orações articulam-se com correção e clareza no seguinte período:

- (A) Um sistema econômico deve, uma vez explicitado isso, responder às quatro perguntas básicas que lhe avaliarão o valor de sua eficácia.
- (B) Dependendo das respostas que derem às quatro perguntas explicitadas no texto, um sistema econômico haverá de indicar sua eficácia.
- (C) Quatro perguntas básicas explicitadas no texto, indicarão a eficácia de um sistema econômico no caso dele vier a responder-lhes.
- (D) A eficácia de um sistema econômico será indicada pelas respostas às quatro perguntas básicas, explicitadas no texto, que lhe devem ser feitas.
- (E) Deve-se dar respostas num sistema econômico, às quatro perguntas explicitadas no texto, que lhe façam, para se indicar a eficácia do mesmo.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

Memória de longe

Ao longo da vida, nossas lembranças não apenas se renovam, segundo os fatos que vão acontecendo. A faculdade da memória, em seu misterioso processo, muda de natureza. Na velhice, a memória costuma priorizar as lembranças mais antigas segundo necessidades novas. É o que confirma o caso seguinte.

Meu muito velho vizinho estava morrendo. Ciente de seu estado, pediu que chamassem o filho longínquo, que há tanto tempo estava sem ver, já perdera a conta dos anos. Chamaram, e o filho José se pôs a caminho, ele mesmo, seu filho predileto, o filho Zezito. E o José enfim chegou de sua longa viagem de avião, respondendo contristado ao apelo paterno. Surgiu no quarto penumbroso, achegou-se ao leito, os cabelos e os bigodes já grisalhando contra a luz do abajur.

A filha alertou o velho:

– Olha, aí, pai, o Zezito chegou. Pertinho de você.

O velho entreabriu os olhos turvos e já ia estendendo um braço, quando então o recolheu, murmurando num tom irritado:

– Esse aí não é o Zezito, não! Cadê o Zezito?

Horas depois o velho vizinho partiu. Sem se despedir de ninguém, nem mesmo do menino que há tanto, tanto tempo perdera de vista.

(Jesualdo Calixto, inédito)

7. Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que o processo da memória
- (A) mostra-se seletivo, na tendência natural de que os fatos essenciais façam esquecer os de pouca importância.
 - (B) diversifica-se ao longo do tempo, de modo que venha a atender à renovação das necessidades que nos fazem lembrar.
 - (C) é marcado pela degeneração, pois a idade faz com que se tornem incompreensíveis as lembranças mais remotas.
 - (D) se torna cada vez mais criativo, como o demonstram as lembranças puramente imaginárias das pessoas mais velhas.
 - (E) se faz de modo cumulativo, de vez que as lembranças vão-se somando e se adensando umas às outras.



8. As formas verbais atendem às normas de concordância e apresentam-se em tempos e modos adequadamente articulados na frase:
- (A) O velho certamente não se espantaria, no caso em que viessem a se apresentar aos seus olhos a figura nítida de Zezito.
 - (B) Destaca-se no texto os fundamentos de uma teoria segundo a qual a memória deverá se modificar conforme ocorressem novas motivações.
 - (C) Se nos anos da velhice tudo nos fizessem esquecer os fatos mais antigos, como haveremos de revivê-los?
 - (D) Aos olhos do velho, os traços do filho menino estavam muito mais vivos do que os que lhe trouxe a imagem do filho adulto.
 - (E) Por mais que o velho se esforçasse, não haverá como reconhecer na imagem do filho que chegara o menininho que ele foi.

9. Atente para esta construção:

A filha alertou o velho:

– Olha aí, pai, o Zezito chegou. Pertinho de você.

Transpondo-se para o discurso indireto, esta passagem deverá ficar: A filha alertou o pai que

- (A) olhasse o Zezito, que chegara e estava pertinho dele.
 - (B) chegara o Zezito, que o olhasse pertinho, pai.
 - (C) olhe para o Zezito que chegou, pertinho de você.
 - (D) ali chegara o Zezito, que olhe ele pertinho de você.
 - (E) o Zezito chegou, pai, aí pertinho de você.
10. O caso narrado no texto é relatado para demonstrar que, como costuma ocorrer na velhice, a memória mais antiga
- (A) dá aos fatos mais remotos um novo contorno, no qual se perde todo o valor que tiveram.
 - (B) esfuma-se sob as pressões mais recentes, antecipando assim o final de uma vida.
 - (C) torna-se exclusiva, podendo mesmo eliminar a consciência do tempo que já correu.
 - (D) traz de novo aos nossos olhos uma imagem realista do que julgávamos esquecido.
 - (E) tende a continuar imaginariamente no tempo, compondo uma nova história.
11. É plenamente adequado o emprego dos dois elementos sublinhados na seguinte frase:
- (A) A figura do filho José não despertou o reconhecimento de cuja toda família achava que o pai fosse concedê-lo.
 - (B) A consternação onde todos se envolveram deveu-se ao sentimento a que o pai se viu possuído diante de José.
 - (C) A aparição mágica de José, nela que todos punham confiança, não demoveu o velho em suas antigas lembranças.
 - (D) O desapontamento de que o velho foi tomado deveu-se à figura adulta à qual não correspondia a do menino.
 - (E) As lembranças de que recorremos costumam ser quase sempre aquelas em que mais necessitamos.

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

Fiscalização de serviços públicos

Fiscalização de serviços públicos é a atividade prática de verificação e acompanhamento, por profissionais habilitados, do fiel cumprimento das normas legais e técnicas relativas aos contratos de concessão firmados com os prestadores dos serviços.

A necessidade de fiscalização das concessões de serviços públicos surge para a Administração porque, pela concessão, esta não transfere a titularidade do serviço, mas apenas sua execução. Por isso, a agência reguladora necessita zelar por uma prestação de serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários, observando as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e cortesia.

(Disponível em: <http://www.brasilia.df.gov.br>)

12. A fiscalização de serviços públicos existe
- (A) porque é necessário zelar pela adequada prestação de serviço público por parte de quem assumiu sua execução.
 - (B) de modo a compatibilizar o interesse público da Administradora com os interesses particulares de quem presta serviços.
 - (C) condicionada pela convicção de que ocorreram notórias irregularidades na prestação desses serviços.
 - (D) em virtude de uma cláusula contratual que impede a Administração de encarregar terceiros da atividade que lhe compete.
 - (E) para que as prestadoras de serviço levem a Administração a dar fiel cumprimento aos contratos de concessão.



13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) À fiscalização (**competir**) acompanhar de perto a qualidade dos serviços prestados.
 - (B) Não (**dever**) faltar à Administração os suportes para uma rigorosa fiscalização.
 - (C) É preciso que se (**respeitar**) as várias condições de um contrato de prestação de serviço.
 - (D) Para que não (**haver**) irregularidades, impõe-se a fiscalização de prestação de serviço.
 - (E) A fiscalização verifica se se (**cumprir**), numa prestação de serviço, as cláusulas contratuais.
-
14. É adequada a seguinte ponderação sobre um aspecto redacional do segundo parágrafo do texto:
- (A) a expressão *mas apenas sua execução* tem sentido equivalente a **por menos que se execute**.
 - (B) no segmento *a agência reguladora necessita zelar por uma prestação de serviço público adequado*, o elemento sublinhado pode ser substituído por **atentar bem para**.
 - (C) no segmento *serviço público adequado ao pleno atendimento*, o elemento sublinhado pode ser substituído por **com o**.
 - (D) uma forma alternativa e igualmente correta para substituir a expressão *Por isso é Porisso*.
 - (E) deve-se eliminar, por desnecessário, o emprego de uma das vírgulas no segmento *porque, pela concessão, esta não transfere a titularidade*.
-
15. *A Administração não transfere a titularidade do serviço público, mas apenas a sua execução.*
A frase acima ganha nova, clara e correta redação, na qual se mantém ainda seu sentido básico, em:
- (A) O serviço público tem tão somente sua execução, e não sua titularidade, transferida pela Administração.
 - (B) A Administração reserva-se à transferência da titularidade, na ocorrência de um serviço público.
 - (C) A titularidade do serviço público, é intransferível por conta de sua executabilidade administrativa.
 - (D) A execução do serviço público não cabe à Administração, uma vez que esta não detenha sua titularidade.
 - (E) É simplesmente quem executa um serviço público que transfere essa tarefa a quem não tenha a titularidade.

Matemática e Raciocínio Lógico

16. Alguns anos atrás, o lixo residencial diário produzido em certa cidade era transportado até uma estação de tratamento em 40 viagens de 8 caminhões iguais, todos carregando a carga máxima. Atualmente, devido à crise econômica que atinge a cidade, a quantidade de lixo diário foi reduzida em 50% e o transporte desse lixo, para o mesmo local, vem sendo feito por 8 caminhões menores, cuja capacidade máxima corresponde a 40% da carga dos caminhões antigos. Na situação atual, fazendo viagens com a carga máxima, o número de viagens diárias necessário é
- (A) 50.
 - (B) 64.
 - (C) 16.
 - (D) 60.
 - (E) 48.
-
17. Em uma caixa há cinco cédulas, três de 50 reais e duas de 20 reais. Suponha que uma pessoa retira sem olhar duas cédulas da caixa, obtendo uma certa quantia. Note que a quantia pode ser obtida de mais de uma maneira, bastando trocar uma das cédulas por outra de mesmo valor. Nessas condições, é verdade que
- (A) há tantas maneiras de obter 70 reais quanto de obter 100 reais.
 - (B) há mais maneiras de retirar a quantia de 100 reais do que a quantia de 70 reais.
 - (C) a quantia de 100 reais pode ser obtida apenas de duas maneiras.
 - (D) há uma única maneira de retirar a quantia de 70 reais.
 - (E) há mais maneiras de obter a quantia de 70 reais do que a quantia de 100 reais.
-
18. O século XXI começou em 01/01/2001. Em geral, em nosso calendário, os anos bissextos ocorrem quando o número correspondente ao ano for múltiplo de 4. Uma exceção ocorre se o número correspondente ao ano for múltiplo de 100; nesse caso, o ano só será bissexto se o número for também múltiplo de 400. De acordo com essas informações, o número total de dias do século XXI será
- (A) 36 624.
 - (B) 36 625.
 - (C) 36 524.
 - (D) 36 525.
 - (E) 36 526.



19. Imagine um quadrado ABCD. No meio do lado AB marcamos o ponto P e no meio do lado BC marcamos o ponto Q. Traçamos então o quadrado PBQR, sendo o ponto R no interior do quadrado ABCD. Nesse segundo quadrado, marcamos o ponto X no meio do lado QR e o ponto Y no meio do lado RP. Traçamos então o quadrado XRYZ, sendo Z um ponto no interior do quadrado PBQR.
- A área do quadrado XRYZ corresponde a
- (A) $\frac{1}{16}$ da área do quadrado PBQR.
- (B) $\frac{1}{8}$ da área do quadrado ABCD.
- (C) $\frac{1}{16}$ da área do quadrado ABCD.
- (D) $\frac{1}{4}$ da área do quadrado ABCD.
- (E) $\frac{1}{8}$ da área do quadrado PBQR.
-
20. Considere dois irmãos, Alberto e Bernardo, um dos quais sempre fala a verdade enquanto o outro sempre mente. Apenas um deles fala português, mas ambos entendem essa língua.
- Um professor de lógica pergunta a Alberto: – *Você sempre fala a verdade?*
- Alberto responde: *Vic.*
- Bernardo, que fala português, explica: – *Ele disse que sim. Ele mente sempre.*
- Analisando essa situação, e sabendo que “*Vic*” significa “sim” ou “não”, a conclusão correta que o professor de lógica deve tirar é que
- (A) Bernardo fala a verdade e a palavra “*vic*” significa “sim”.
- (B) Alberto fala português.
- (C) Alberto mente e a palavra “*vic*” significa “não”.
- (D) Bernardo mente e a palavra “*vic*” significa “não”.
- (E) Alberto fala a verdade e a palavra “*vic*” significa “sim”.
-
21. Havia três concorrentes, **P**, **Q** e **R**, para a presidência de um clube. Cada um dos 99 eleitores poderia votar em um só concorrente (um voto individual) ou em dois concorrentes (um voto duplo). **P** recebeu 20 votos individuais, 10 votos junto com **Q** e seus votos junto com **R** não foram divulgados. **Q** recebeu 20 votos individuais e 20 com **R**. Este recebeu 24 votos individuais. Computando os votos totais de cada um, é correto concluir que
- (A) **Q** obteve 10 votos a mais do que **P**.
- (B) **R** obteve 1 voto a menos do que **Q**.
- (C) **P** recebeu 30 votos.
- (D) **R** venceu a eleição.
- (E) **R** obteve 10 votos a mais do que **P**.
-
22. Um comerciante comprou por engano um artigo e só conseguiu vendê-lo com um prejuízo equivalente a 40% do preço de venda. A porcentagem desse prejuízo em relação ao preço de compra é, aproximadamente,
- (A) 14%.
- (B) 35%.
- (C) 60%.
- (D) 28%.
- (E) 40%.



23. A jornalista Luciana prepara uma reportagem sobre as finanças da prefeitura de sua cidade. Para isso, entrevista cinco economistas, de nomes P, Q, R, S e T, que trabalham na própria prefeitura. Eis suas declarações:

P: *Este mês, tivemos um déficit de 10 milhões.*

Q: *O déficit deste mês foi muito inferior a 10 milhões, mas teremos déficit no próximo mês também.*

R: *O déficit deste mês foi de 10 milhões, mas houve um grande superávit no mês passado.*

S: *O déficit deste mês foi muito inferior a 10 milhões, mas teremos superávit no mês que vem.*

T: *Houve superávit no mês passado e haverá déficit no próximo mês.*

Logo após as entrevistas, uma fonte que jamais mente informou a Luciana que exatamente dois dos economistas mentiram por razões políticas. Ela não sabe quais são os mentirosos, mas, analisando as afirmações, pode estar certa de que

- (A) Houve superávit no mês passado, mas neste mês o déficit foi de 10 milhões e haverá déficit no próximo mês.
- (B) O déficit deste mês foi muito inferior a 10 milhões, mas houve déficit no mês passado.
- (C) Houve pequeno déficit nos três meses considerados.
- (D) Houve déficit de 10 milhões neste mês, o qual talvez possa ser compensado pelo superávit do próximo mês.
- (E) O déficit deste mês foi muito inferior a 10 milhões, mas houve déficit no mês passado e haverá déficit no próximo mês.

Noções de Informática

24. Um dos primeiros passos para se proteger um computador com o Windows 10, em português, contra *malwares* é desativar a reprodução automática de dispositivos USB, CD, Blu-ray, DVD etc. Isso faz com que, quando se conectar, por exemplo, um *pen drive* em uma porta USB, qualquer *malware* que seria executado automaticamente seja evitado. Em condições ideais, para se chegar à janela onde será possível desativar a reprodução automática para todas as mídias e dispositivos, clica-se na tecla com o símbolo (logotipo) do Windows, depois na sequência de opções:

- (A) Painel de Controle > Dispositivos > Autoexecutar.
- (B) Painel de Controle > Sistema e Segurança > Reprodução automática.
- (C) Configurações > Dispositivos > Reprodução automática.
- (D) Acessórios > Configurações > Autoexecutar.
- (E) Explorador de Arquivos > Autoexecutar > Dispositivos.

25. Ao se criar uma nova mensagem de *e-mail*, geralmente aparecem no cabeçalho os campos "Para", "Cc", "Cco" e "Assunto". O endereço de *e-mail* de um destinatário indicado no campo "Cc"

- (A) ficará oculto e nenhum dos demais destinatários saberão que este recebeu a mensagem.
- (B) receberá uma cópia da mensagem, idêntica aos destinatários indicados no campo "Para", devidamente preenchido.
- (C) não será visualizado pelos destinatários indicados no campo "Para", devidamente preenchido.
- (D) receberá a mensagem, mas não os arquivos anexos a ela, caso existam.
- (E) não será visualizado pelos destinatários indicados no campo "Cco".

26. Após abrir o Microsoft Excel 2010, em português, um Fiscal de Serviços Públicos verificou a existência de duas planilhas, Plan1 e Plan2, em abas no canto inferior esquerdo da janela. Na célula C10 da planilha Plan1, há o valor R\$ 67896,50, referente ao orçamento de um serviço. Este valor precisa ser copiado de forma vinculada para a célula C3 da planilha Plan2, de forma que, se alterado na planilha Plan1, tal alteração reflita automaticamente na planilha Plan2. Para que isso ocorra, na célula C3 da planilha Plan2 deve ser colocada a instrução

- (A) Plan2\$C3 = Plan1!\$C10
- (B) =Plan1\$C10
- (C) =VINCULAR(Plan1!C10)
- (D) =Plan1!C10
- (E) =ORIGEM(Plan1!\$C10)



27. Para criar um formulário no Microsoft Word 2010, em português, e adicionar controles como caixas de seleção, caixas de texto, selecionadores de data e listas suspensas, é necessário habilitar a guia *Desenvolvedor*, que não é exibida por padrão. Para se chegar ao local da janela onde será possível habilitar essa guia, clica-se em
- (A) Exibir > Guias > Formulários.
 - (B) Exibir > Personalizar Guias > Meu Superior.
 - (C) Arquivo > Barra de Ferramentas > Opções > Guias.
 - (D) Referências > Opções > Personalizar Barra de Ferramentas.
 - (E) Arquivo > Opções > Personalizar Faixa de Opções.

28. Considere a planilha a seguir, criada no Microsoft Excel 2010, em português.

	A	B
1	Nome	Salario
2	Maria Paula	R\$ 7.950,00
3	Pedro Ferraz	R\$ 8.600,50
4	Marcos Dias	R\$ 5.425,50

Em condições ideais, para se chegar à janela onde será possível indicar que deverão ficar visíveis apenas os dados de funcionários cujos salários sejam superiores a R\$ 7.000,00 deve-se clicar

- (A) na guia *Dados*, na opção *Validação de Dados* e, depois, na opção *Classificar por Valor*.
 - (B) com o botão direito em qualquer valor de salário da coluna B e selecionar a opção *Classificar por Valor*.
 - (C) na setinha à direita da palavra "Salario", depois em *Filtros de número* e na opção *É Maior do que...*
 - (D) na guia *Dados*, na opção *Classificar* e, depois, na opção *Maior do que...*
 - (E) na setinha à direita da palavra "Salario", depois em *Classificação Condicional*.
29. Em um computador com o sistema operacional Windows 10, em português, funcionando em condições ideais, um Fiscal de Serviços Públicos pressionou a combinação de teclas *Ctrl + P* ao navegar na Internet utilizando os principais *browsers* (como Chrome e Firefox). Tal ação
- (A) mostrou uma janela perguntando se o usuário desejava fechar a aba ativa do navegador.
 - (B) imprimiu a página diretamente, não solicitando confirmação ou ação extra do usuário.
 - (C) fechou a aba ativa do navegador sem pedir confirmação.
 - (D) congelou a página momentaneamente, ou seja, provocou uma pausa na navegação.
 - (E) abriu a janela por onde será possível imprimir a página.
30. Por meio das réguas que aparecem no Microsoft Word 2010, em português, é possível definir margens, recuos e tabulações no documento em edição. Porém, estas réguas muitas vezes não estão visíveis. Para torná-las visíveis deve-se clicar em
- (A) *Página Inicial > Réguas > Exibir réguas*.
 - (B) *Exibir > Régua*.
 - (C) *Página Inicial > Mostrar régua*.
 - (D) *Layout > Ativar régua*.
 - (E) *Exibir > Réguas > Horizontal e vertical*.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Quanto ao mandado de segurança, a legislação vigente estabelece que
- (A) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
 - (B) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.
 - (C) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.
 - (D) de natureza subsidiária em relação ao *habeas corpus* e ao *habeas data*, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.
 - (E) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.
-
32. No que se refere à fiscalização do Município, é correto afirmar:
- (A) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) O parecer técnico elaborado pelo tribunal de contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara Municipal o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo local, sendo cabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
 - (C) Será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - (D) Será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Município onde houver, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal e do Ministério Público, na forma da lei complementar.
 - (E) A Constituição impede que os Municípios criem os seus próprios tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais, mas permite que os Estados instituem órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios.
-
33. NÃO se insere entre as competências dos Municípios:
- (A) legislar sobre procedimentos em matéria processual.
 - (B) elaborar a sua lei orgânica.
 - (C) suplementar a legislação federal ou estadual no que couber.
 - (D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - (E) legislar sobre assuntos de interesse local.
-
34. Nos termos da Constituição Federal, é vedada a acumulação de cargos públicos, EXCETO:
- (A) a de um cargo de professor com outro de fiscal de rendas, independentemente da compatibilidade de horários, desde que autorizada pela chefia mediata.
 - (B) a de presidente de fundação pública municipal e presidente de sociedade de economia mista controlada pela União, quando houver compatibilidade de horários.
 - (C) a de dois cargos de professor, independentemente da compatibilidade de horários, desde que autorizada pela chefia imediata.
 - (D) a de um cargo de professor com outro de procurador do município, quando houver compatibilidade de horários.
 - (E) a de um cargo de promotor de justiça e de procurador do estado, quando houver compatibilidade de horários.
-
35. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece:
- (A) que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar em tempo de guerra, na forma da lei complementar.
 - (B) que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, salvo por crimes considerados hediondos, nos termos da Constituição, quando a execução da pena terá início após o julgamento pela instância recursal.
 - (C) a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante licença concedida pelo órgão competente, o qual poderá negá-la desde que fundamentadamente.
 - (D) que é inviolável a casa do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação administrativa ou judicial.
 - (E) que a propriedade atenderá a sua função social.

**Noções de Direito Administrativo**

36. Ariano Capitolino é fiscal municipal e foi flagrado pelo superior imediato exigindo pagamento de propina dos particulares que estavam sob sua competência fiscalizatória. Em vista da situação relatada, o servidor
- (A) será responsabilizado administrativamente apenas se for condenado na ação penal referente à conduta, dado o princípio da presunção da inocência.
 - (B) poderá ser afastado imediatamente, como medida cautelar, para fins de preservação da atividade apuratória da Administração, nos termos da lei.
 - (C) não será responsabilizado administrativamente, pois a conduta por ele cometida configura tipo penal, sendo suficiente a responsabilização criminal.
 - (D) poderá ser punido imediata e diretamente pelo superior imediato, com base no princípio da verdade sabida.
 - (E) não sofrerá responsabilização administrativa, caso se verifique que os particulares de fato estavam infringindo a lei.
-
37. O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina dispõe, no tocante aos adicionais a que fazem jus os servidores municipais, que
- (A) o servidor, ao aceitar o regime de exclusividade, para fins de percepção de gratificação de dedicação exclusiva, renunciará expressamente ao direito de exercer qualquer outra atividade, inclusive atividade liberal ou emprego privado, ressalvado o exercício de outro cargo público, em regime de acumulação lícita.
 - (B) a gratificação de produtividade é devida aos servidores municipais que atuem em cargos e funções de assessoramento superior.
 - (C) o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, será remunerado com o acréscimo de 20% do valor da hora normal, considerando-se, para os efeitos deste artigo, cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
 - (D) o servidor fará jus a adicional temporal de 5% a cada quinquênio de efetivo exercício do cargo, desde que não possua faltas injustificadas.
 - (E) o servidor pode perceber, concomitantemente, adicional de periculosidade e insalubridade, desde que laudo técnico constate que estão presentes, de forma conjunta, o risco à vida e à saúde do servidor.
-
38. Sobre o procedimento de apuração da conduta ímproba, a Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, estatui:
- (A) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a Comissão representará ao Ministério Público para que este decrete a indisponibilidade dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
 - (B) Quando o indiciado mantiver contas bancárias e aplicações financeiras no exterior, será decretada sua prisão, até o repatriamento dos bens.
 - (C) Qualquer pessoa poderá representar, de forma anônima, à autoridade competente, para que seja instaurado procedimento investigatório de improbidade.
 - (D) A Comissão Processante instaurada para apuração dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
 - (E) O assédio moral de servidor público é considerado ato ímprobo, a ser apurado pelo Ministério Público do Trabalho.
-
39. Atanásio Pantaleão é servidor público em órgão estatal que opera transporte coletivo, por meio de ônibus em determinado município. Em determinado dia, atropelou um ciclista que trafegava pela via pública, causando-lhe a morte. A família do ciclista pretende obter indenização pelos danos materiais e morais decorrentes do acidente.
- Considerando tal situação e as regras sobre responsabilidade no âmbito estatal, Atanásio
- (A) responderá, na medida de sua culpabilidade, por meio de ação de regresso a ser ajuizada pelo município, caso seja responsabilizado pelo evento.
 - (B) não responderá pelo evento, pois os servidores públicos são imunes a esse tipo de responsabilidade.
 - (C) responderá objetiva e diretamente pelo evento, sendo excluída a responsabilidade do município.
 - (D) responderá objetivamente pelo evento, mas deverá sofrer denunciação da lide em processo movido pela família do ciclista em face do município.
 - (E) não responderá por danos materiais, mas apenas por danos morais, pois a perda de uma vida é materialmente irreparável.



40. O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina proíbe diversas condutas aos agentes municipais, por considerar incompatíveis com os deveres inerentes ao exercício da função pública. Porém, NÃO veda aos servidores
- (A) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas municipais em matéria relativa a benefício previdenciário ou assistencial de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
 - (B) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
 - (C) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
 - (D) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
 - (E) participar da gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou comércio, e, nesta condição, transacionar com o poder público municipal, exceto quando se tratar de concorrência pública.

Noções de Direito Penal

41. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Sônia, tesoureira de uma repartição pública, se apropriou de dinheiro de diárias de outros funcionários que ali trabalhavam.
 - II. Murilo, chefe de uma repartição de determinada Prefeitura Municipal, deixou, por indulgência, de responsabilizar Maurício, seu subordinado, ao tomar conhecimento de que ele havia cometido determinada infração no exercício do cargo.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Sônia praticou o crime de

- (A) corrupção passiva e Murilo o crime de prevaricação.
- (B) emprego irregular de verbas públicas e Murilo o crime de condescendência criminosa.
- (C) peculato e Murilo o crime de condescendência criminosa.
- (D) corrupção ativa e Murilo o crime de prevaricação.
- (E) peculato e Murilo o crime de advocacia administrativa.

42. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Ronaldo, opôs-se à execução de ato legal, mediante violência contra Eduardo, empresário que ali estava prestando auxílio a Gabriel, oficial de justiça competente para executar o referido ato.
 - II. Marlene exigiu para si alguma vantagem de Elisabete, a pretexto de influir em ato praticado por Rafael, funcionário público, no exercício da função que ele desempenhava.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Ronaldo

- (A) praticou o crime de lesão corporal culposa e Marlene praticou o crime de concussão.
- (B) praticou o crime de desacato e Marlene praticou o crime de peculato.
- (C) não praticou qualquer crime, pois Eduardo não é funcionário público, enquanto Marlene praticou o crime de advocacia administrativa.
- (D) praticou o crime de desobediência e Marlene praticou o crime de condescendência criminosa.
- (E) praticou o crime de resistência e Marlene praticou o crime de tráfico de influência.

43. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- I. Romeu, funcionário de um cartório de registro civil, pede vultosa quantia em dinheiro para Edgar, para expedir certidão com teor diferente do que seria o correto.
 - II. Julieta oferece dinheiro a Willian, policial militar, para que não seja formalizado o flagrante de crime de trânsito por ela praticado.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Romeu

- (A) praticou o crime de corrupção passiva enquanto Julieta não praticou qualquer ilícito penal, haja vista que sua conduta é mera infração administrativa.
- (B) praticou o crime de corrupção passiva e Julieta o crime de corrupção ativa.
- (C) praticou o crime de corrupção ativa e Julieta o crime de corrupção passiva.
- (D) não praticou qualquer crime, pois sua função não pode ser equiparada a de funcionário público, enquanto Julieta praticou o crime de desobediência.
- (E) praticou o crime de corrupção qualificada e Julieta o crime de desacato.

**Noções de Direito Civil e Comercial**

44. Quanto ao estabelecimento e ao nome da empresa:
- (A) O nome empresarial constitui-se sempre e somente pela firma adotada para o exercício da empresa.
 - (B) O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, pode ser conservado na firma social.
 - (C) O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia.
 - (D) O estabelecimento é um complexo de bens organizado para exercício da empresa exclusivamente por sociedades empresárias.
 - (E) Se ao alienante do estabelecimento não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia dessa alienação dependerá do pagamento da maioria absoluta dos credores.
-

45. Quanto ao registro e ao nome empresarial:
- (A) O nome do sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, pode ser conservado na firma social.
 - (B) A inscrição do nome empresarial será cancelada, a requerimento de qualquer interessado, quando cessar o exercício da atividade para que foi adotado, ou quando ultimar-se a liquidação da sociedade que o inscreveu.
 - (C) O nome empresarial não pode ser objeto de alienação, nem o nome do alienante pode ser usado pelo adquirente do estabelecimento, em nenhuma hipótese ou circunstância.
 - (D) O ato sujeito a registro não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, em nenhuma hipótese.
 - (E) Pode a sociedade limitada anotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura; a denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo obrigatório nela figurar o nome de todos os sócios.
-

46. Em relação à caracterização e à inscrição do empresário:
- (A) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
 - (B) Não se caracteriza como empresário quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, sem exceção, a não ser que o faça com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
 - (C) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, mesmo antes de inscrito, será equiparado ao empresário sujeito a registro.
 - (D) Prescinde-se para a caracterização do empresário o exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
 - (E) Faculta-se a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início ou no curso de sua atividade.
-

47. Quanto à sociedade não personificada:
- (A) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, sempre oponível e eficaz contra quaisquer terceiros.
 - (B) Todos os sócios respondem subsidiária e limitadamente pelas obrigações sociais, de acordo com seu percentual de participação na sociedade.
 - (C) Os princípios e normas da sociedade simples aplicam-se direta e solidariamente a essa espécie de sociedade.
 - (D) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
 - (E) Seus sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade verbalmente ou por escrito, embora os terceiros só possam prová-la por escrito.
-

Noções de Direito do Consumidor

48. O PROCON Municipal de Teresina – PROCON/TERESINA vincula-se
- (A) diretamente ao Prefeito Municipal de Teresina, sem órgãos intermediários.
 - (B) à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC.
 - (C) à Defensoria Pública.
 - (D) à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.
 - (E) ao Ministério Público.
-



49. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/TERESINA, possui, entre outras, as seguintes atribuições:
- (A) Funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas na Lei Federal nº 8.078, de 1990, com modificações posteriores, pela legislação complementar e por esta Lei.
 - (B) Requisitar força policial, se necessária, para realizar inspeções e vistorias em empresas e sociedades civis fornecedoras de produtos ou serviços.
 - (C) Realizar busca e apreensão de produtos denunciados por vício ou defeito, com ou sem mandado judicial.
 - (D) Instaurar inquéritos civis para apuração de crimes e infrações administrativas contra o consumidor, nos termos da legislação vigente.
 - (E) Propor ações individuais em defesa dos direitos dos consumidores em relação a interesses difusos, coletivos e individuais de qualquer natureza.

50. Em relação ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, examine os enunciados seguintes:
- I. O CONDECON será composto por representantes do Poder Público Municipal e Estadual, além de integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo presidido pelo Prefeito Municipal de Teresina.
 - II. Cabe-lhe, entre outras atribuições, aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, dentro de sessenta dias do início do ano subsequente.
 - III. Deve, entre outras funções, atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor, bem como prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Legislação Municipal

51. De acordo com a Lei Complementar nº 4.729, de 10 de junho de 2015, o alvará de construção
- (A) poderá ser dispensado, por ato do prefeito, quando se tratar de edificação de prédio público ou particular, destinado a atividade de higiene e saúde públicas, e a planta utilizada guardar semelhança, em percentual acima de 90%, com a planta de outros prédios públicos.
 - (B) será dispensado, por ato do prefeito, quando se tratar de edificação de prédio público, de caráter urgente, destinado às atividades de saúde pública e saneamento básico, quando a planta utilizada guardar semelhança, em percentual acima de 95%, com a planta de outros prédios públicos da mesma natureza.
 - (C) só deve permanecer no local da obra até o término da realização das fundações do prédio em edificação.
 - (D) deve permanecer apenas na repartição pública competente, local em que será consultado pela fiscalização, quando for o caso.
 - (E) deve permanecer no local da obra e deve ser apresentado à fiscalização todas as vezes que esta exigir.
52. No que diz respeito ao lixo, a Lei Complementar nº 3.610, de 11 de janeiro de 2007, estabelece que
- (A) a coleta dos resíduos provenientes de hospitais deve ocorrer, nos casos de epidemia, no período das 22 às 6 horas do dia imediatamente seguinte, e ser feita em veículos com carrocerias fechadas e lacradas, das quais conste, em ambas as laterais e na parte traseira, a indicação "PERIGO", em letras vermelhas, medindo não menos do que 30 cm de altura cada uma delas.
 - (B) os *shopping centers*, os centros de compras e as galerias comerciais estão obrigados a colocar lixeiras destinadas exclusivamente à coleta de pilhas e baterias de energia, ainda que neles não haja estabelecimentos comerciais que vendam essas mercadorias.
 - (C) o transporte de ossos, sebos, vísceras, resíduos de limpeza ou de esvaziamento de fossas e outros produtos pastosos ou que exalem odores desagradáveis somente poderá ser feito em veículos com carrocerias fechadas, no período das 22 às 6 horas do dia imediatamente seguinte.
 - (D) se considera lixo domiciliar, para fins de coleta regular, aquele produzido pela ocupação tanto de imóveis particulares, residenciais ou não, bem como de imóveis públicos, acondicionado na forma estabelecida em regulamento.
 - (E) a proibição de depositar lixo e entulho em terrenos baldios não se aplica aos casos de greve dos serviços de limpeza, com duração de mais de uma semana, ou de calamidade pública, assim declarada pelos órgãos competentes.



53. No que diz respeito à ordem e ao sossego públicos, a Lei Complementar nº 3.610, de 11 de janeiro de 2007, estabelece que
- (A) não são permitidos sons provocados por criação, tratamento e comércio de animais, exceto os produzidos por aves canoras.
 - (B) é permitida, independentemente da zona de uso, horário e ruído que produza, toda e qualquer obra de emergência, pública ou particular que, por sua natureza, objetive evitar colapso nos serviços de infraestrutura da cidade ou risco de integridade física da população.
 - (C) é proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos de idade, quando desacompanhados de seus pais ou responsáveis legais.
 - (D) os proprietários de estabelecimentos comerciais são responsáveis pela manutenção da ordem dos mesmos, exceto nos casos de comprovada impossibilidade, tais como nas festividades de carnaval e comemorações esportivas, religiosas ou similares, de grande concentração popular.
 - (E) é vedado afixar cartazes, anúncios, cabos ou fios nas árvores dos logradouros públicos, salvo em datas festivas ou ocasiões especiais, independentemente, nestes casos, de consentimento da administração municipal.
-
54. Relativamente à regularização das obras, a Lei Complementar nº 4.729, de 10 de junho de 2015, estabelece que
- (A) a Prefeitura Municipal deve expedir as licenças solicitadas no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data da protocolização do pedido.
 - (B) ficam isentos de expedição de licença: a limpeza externa que dependa de tapumes ou andaimes no alinhamento dos logradouros; os consertos em paredes ou muros; os consertos de esquadrias, com ou sem modificação do vão e a impermeabilização de lajes.
 - (C) a concessão de licença para construção, reconstrução ou ampliação não isenta o imóvel do pagamento dos tributos municipais, mas a concessão de licença para reforma torna o imóvel isento de tributos municipais durante o período de duração da obra.
 - (D) ficam isentos de expedição de licença: a substituição de elementos de suporte da cobertura, sem modificação da estrutura; a substituição de revestimentos; a impermeabilização de lajes; a construção de muros e os consertos de instalações hidráulicas e/ou sanitárias.
 - (E) os novos empreendimentos habitacionais de interesse social, de pequeno potencial de impacto ambiental, definidos em regulamento, ficam dispensados de licenciamento ambiental, desde que possuam certidão emitida pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU.
-
55. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Teresina, os serviços públicos de transporte coletivo, que tenham caráter essencial, devem ser organizados e prestados pelo Poder Público municipal. De acordo com a referida Lei,
- (A) as empresas concessionárias e permissionárias de transporte coletivo urbano e rural do Município obrigar-se-ão a reservar espaço suficiente para uma cadeira de rodas, próxima ao assento do motorista, a fim de atender usuários portadores de deficiência física, e a destinar dois assentos para os deficientes físicos, mulheres grávidas ou idosos, na forma da lei.
 - (B) as empresas concessionárias e permissionárias de transporte coletivo urbano e rural do Município obrigar-se-ão a garantir a gratuidade aos maiores de sessenta anos, nos termos da lei.
 - (C) o transporte coletivo terá uma tarifa, cujos limites máximo e mínimo serão fixados em lei complementar municipal.
 - (D) as empresas concessionárias e permissionárias de transporte coletivo urbano e rural do Município obrigar-se-ão a conceder aos estudantes devidamente matriculados em escolas municipais, o abatimento de 60%, no valor da tarifa normal, em todas as linhas e horários do sistema de transporte coletivo do Município.
 - (E) as empresas de transporte coletivo do Município concederão aos estudantes devidamente matriculados, o abatimento de 25% sobre o valor da tarifa normal, em todas as linhas e horários do sistema de transporte coletivo do Município, e de 70%, nos dias úteis, relativamente às linhas que ligam sua residência ao estabelecimento educacional.
-
56. Relativamente à conclusão das obras e ao “habite-se”, a Lei Complementar nº 4.729, de 10 de junho de 2015, estabelece:
- (A) Se for constatado acréscimo de área construída em relação ao projeto aprovado, quando da vistoria para atendimento de pedido de “habite-se”, deve ser providenciado pelo Poder Público, às custas do proprietário ou do responsável pelo imóvel, o Alvará Especial de Demolição Parcial e a demolição da área acrescida.
 - (B) Os acréscimos de área construída, em relação ao projeto aprovado, que não puderem ser regularizados, podem ser objeto dos procedimentos extraordinários previstos em lei, para evitar sua demolição, sem prejuízo do pagamento de multa, no valor estimado da construção, agravada em até 100%.
 - (C) Nas lojas, o “habite-se” pode ser fornecido independentemente do revestimento do piso, que pode ser concluído após a execução das instalações para o funcionamento do ponto comercial.
 - (D) Relativamente aos edifícios de apartamentos residenciais, com até seis pavimentos, cujo projeto preveja a instalação de elevadores, poderá ser concedido o “habite-se a título precário”, pelo prazo máximo de seis meses, mesmo que esses elevadores não estejam em funcionamento.
 - (E) O “habite-se temporário” pode ser concedido mesmo que o prédio possua partes dependentes umas das outras, desde que não ofereçam risco para os seus ocupantes e sejam utilizadas apenas como residência, por pessoas que sejam parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.



57. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Teresina, cabe ao Poder Público Municipal organizar e prestar serviços públicos de transporte coletivo, que tenham caráter essencial. Esta lei, relativamente aos serviços públicos de transporte coletivo, também estabelece que
- (A) a organização, gerência e prestação direta ou indireta de transporte escolar na zona rural estão fora dos limites de abrangência da permissão dos serviços públicos de transporte coletivo.
 - (B) a organização e gerência dos serviços de táxis estão fora dos limites de abrangência da permissão ou da concessão dos serviços públicos de transporte coletivo, por não se tratar de serviço essencial, mas apenas de serviço útil.
 - (C) a permissão ou a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo deve abranger, até o final do exercício de 2022, exclusivamente o transporte de trabalhadores urbanos, excluídos os rurais, e será feito por ônibus, se atendidas as normas de segurança estabelecidas em lei.
 - (D) esses serviços serão prestados sob regime de concessão ou permissão, vedada sua prestação diretamente pelo Poder Público.
 - (E) a permissão ou a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo deve abranger a organização e gerência, quando for o caso, de transporte coletivo de passageiros por via férrea.
-
58. De acordo com a Lei Complementar nº 5.481, de 20 de dezembro de 2019, o reordenamento da ocupação do território do Município de Teresina, com vistas à promoção dos fatores de urbanização que contribuem para a redução das mudanças climáticas, tais como o controle da poluição atmosférica e a diminuição das taxas de ocupação do seu território e de sua impermeabilização, dentre outros,
- (A) habilita o Município de Teresina a pleitear o aumento de 10% nas transferências de recursos dos fundos da União para os cofres municipais, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.
 - (B) constitui o eixo fundamental da implementação da Política de Desenvolvimento e de Resiliência Territorial do Município de Teresina.
 - (C) habilita o Município de Teresina a pleitear o aumento extraordinário de 5% nos repasses, para os cofres municipais, da arrecadação do ICMS do Estado do Piauí, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.
 - (D) constitui requisito essencial para que o Município de Teresina possa pleitear ser a sede do Congresso sobre Mudanças Climáticas no Nordeste, a ser realizado em 2023.
 - (E) constitui elemento indispensável para impedir, excepcional e temporariamente, o bloqueio do repasse, para o Município de Teresina, da repartição de receita do IPVA.
-
59. De acordo com o Código Tributário do Município de Teresina, instituído pela Lei Complementar municipal nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016,
- (A) o IPTU incide tanto sobre imóveis edificados, como sobre imóveis sem edificações.
 - (B) fica dispensada a apresentação do “habite-se” quando da instrução de processos que tratem de reclamação contra o lançamento de IPTU, sempre que o imóvel tiver área construída inferior a 30 m² e o valor do IPTU anual, sem desconto, for inferior ao equivalente a meio salário mínimo.
 - (C) constitui fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a posse de todo e qualquer bem imóvel, por natureza ou acessão física, tal como definido na lei civil, localizado no território do Município de Teresina.
 - (D) quando a obra estiver concluída, o interessado deverá requerer o “habite-se” ao Município, implicando, o descumprimento dessa obrigação, lançamento em dobro do valor do IPTU, até o exercício em que esse requerimento for apresentado, sem prejuízo da aplicação de multa estabelecida na legislação urbanística do Município.
 - (E) considera-se edificado o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, desde que, em qualquer desses casos, mais de 75% da edificação esteja concluída, ainda que esse imóvel não possa ser utilizado para habitação nem para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino.
-
60. De acordo com a Lei Complementar nº 5.481, de 20 de dezembro de 2019, a atribuição de preferência, ao Executivo Municipal de Teresina, para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares, visando, dentre outros objetivos, atender à necessidade de proteger áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, configura o direito
- (A) de enfiteuse.
 - (B) de apossamento e preservação dos bens do patrimônio histórico.
 - (C) de preempção.
 - (D) imprescritível de retomada dos bens do patrimônio histórico.
 - (E) de reivindicação de superfície, com exclusão do direito ao subsolo.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado Capítulo 9. 9.3 Na **Prova Discursiva – Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 9.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva – Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva – Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – **Conteúdo**, 9.4.2 – **Estrutura** e 9.4.3 – **Expressão**; c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.6 Na **Prova Discursiva – Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.7 Na **Prova Discursiva – Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.8 A **Prova Discursiva – Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Somos iguais, mas somos diferentes; temos aspirações comuns e interesses individuais que não raro contrariam o interesse coletivo. No mundo globalizado, as demandas da convivência costumam entrar em contradição com o desejo do indivíduo.

(Adaptado de: WAHBA, Liliana Liviano. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>)

Considerando as ideias expostas acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

O limite entre os interesses individuais e as demandas da convivência social.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	